BE NEWS

SEXTA-FEIRA, 18 DE NOVEMBRO DE 2022 | ANO 1 | Nº 236 | **TUDO O QUE MOVE O MERCADO** | DIRETOR-PRESIDENTE FABRÍCIO JULIÃO

HUB Equipe de Lula contesta processo de privatização do Porto de Santos ▸**p3**

SUAPE Manifestantes protestam contra atracação forçada de porta-aviões ▸**p5**

PORTUGAL País apresenta plano ferroviário para implantação até 2050 ▸**p7**

“Não podemos virar as costas para investimento. Precisamos gerar infraestrutura”

No primeiro dia do Portugal Export, o secretário nacional de Portos Mario Povia apresentou painel sobre boas práticas na gestão de portos e terminais brasileiros e portugueses ▸ **p8**

REGULAMENTAÇÃO Ministério da Infraestrutura estabelece normas para que empresas recebam recursos do Fundo da Marinha Mercante em empreendimentos portuários ▸**p3**

EDITORIAL

Uma nova utilidade aos recursos do FMM

O Ministério da Infraestrutura regulamentou a utilização de recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para a construção, expansão, ampliação ou modernização de empreendimentos portuários. Esse regramento foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) de ontem, quinta-feira, dia 17.

O uso desses recursos para esse tipo de projeto estava previsto na Lei n. 14.301/2022, que cria o programa de incentivo à cabotagem (navegação costeira), o BR do Mar. Mas ainda faltava sua normatização. O ordenamento de ontem, que consta da Portaria n. 1.460 do Ministério, estabelece critérios para a aprovação de empreendimentos e a liberação de recursos. E ainda promove a digitalização de requerimentos, facilitando a gestão dos contratos.

Com essa regulamentação, o Ministério da Infraestrutura caminha no sentido correto para o desenvolvimento. Primeiramente, passa a facilitar a utilização de uma fonte de recursos estratégica e que nem sempre é utilizada em sua totalidade, podendo ser aproveitada para financiar obras e melhorias civis nos complexos marítimos. E em segundo lugar, ao impulsionar a digitalização, acaba por ampliar as condições para a fiscalização e reduzir a burocracia. Passos inteligentes rumo a um estado que há anos demanda ações de modernidade.

São estas ações que são esperadas do Poder Público: o uso inteligente de recursos, a desburocratização dos procedimentos e o uso da tecnologia para intensificar a fiscalização. Este é o caminho que irá garantir ao Brasil e a sua população um desenvolvimento inteligente e contínuo. Que outras medidas sigam esta linha de ação.

NESTA EDIÇÃO

FOTO
BE News

CAPA
8 Boas práticas em portos brasileiros e portugueses requerem investimentos

HUB
3 Equipe de Lula contesta forma como privatização do Porto de Santos está sendo feita

NACIONAL
3 Governo regulamenta uso de recursos do Fundo da Marinha Mercante

Dnit finaliza obras na rodovia BR-262/MS

4 ANTT aprova caducidade para a Rodovia do Aço

REGIÃO NORDESTE
5 Manifestantes protestam contra atracação forçada de porta-aviões em Suape

PORTUGAL
6 Debatedores concordam que o agro brasileiro precisa vender mais

Portugal quer estreitar parceria com Brasil, diz secretário das Infraestruturas

Portos do Brasil e de Portugal firmam pacto de colaboração

7 Portugal apresenta plano ferroviário para implantação até 2050

8 "Trata-se de um pacto inédito pelo setor portuário brasileiro", diz Buffara sobre Brasil e Portugal Export

OPINIÃO
9 "COP27 e a corrida sustentável", por João Eduardo de Villemor Amaral Ayres e Rebecca Alonso Nascimento

SOCIAL
10 Vitrine, com os destaques do Portugal Export, por Cândice La Terza

BE NEWS

www.portalbenews.com.br

Sede
Alameda Campinas, 802, 6º andar,
São Paulo, São Paulo
01404-200, BR

Sucursal Brasília
SRTVS Quadra 701, bloco O, nº 110
Edifício Multiempresarial, sala 520, Bairro Asa Sul
Brasília, Distrito Federal
70340-000, BR

Sucursal Santos
Rua Brás Cubas, 37, Sala 11
Santos, São Paulo
11013-919, BR

Diretor-presidente
Fabrício Julião

Diretor-superintendente
Marcio Delfim

Diretora Administrativo-financeira
Jacyara Lima

Diretor de Redação
Leopoldo Figueiredo

Editor
Alexandre Fernandes

Equipe de reportagem
Bárbara Farias, Vanessa Pimentel
e Tales Silveira

Design Gráfico
Mônica Mathias

FALE COM A GENTE

ATENDIMENTO AO LEITOR
Se você quer perguntar, sugerir pautas
ou enviar informações a nossa equipe de jornalistas,
escreva um e-mail para
atendimento@portalbenews.com.br

INSCREVA-SE
Acompanhe as últimas notícias do Portal BE News.
Para isso, inscreva-se em **www.portalbenews.com.br**

PUBLICIDADE
Maurício Almeida | (11) 99554-4282
mauricio.almeida@portalbenews.com.br

Margrethe Wallau | (11) 99786-1655
megwallau@portalbenews.com.br

NACIONAL

LEOPOLDO FIGUEIREDO
E COLABORADORES
leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

Desestatização 1
O processo de desestatização do Porto de Santos (SP), atualmente em análise no Tribunal de Contas da União (TCU), não deve ser concluído pelo governo do presidente Jair Bolsonaro (PL). Além do pouco prazo para que o projeto obtenha o aval do TCU, tenha seu edital de concessão publicado e vá a leilão, tudo isso até o final do ano, a equipe do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (PT) já informou que é contra a forma como essa privatização está sendo feita, principalmente em se tratando do principal complexo marítimo do Brasil, responsável por mais de um quarto da balança comercial. Segundo alguns observadores de Brasília, não será surpresa se um ministro da Corte de Contas pedir vistas ao processo.

Desestatização 2
Mas o Ministério da Infraestrutura ainda tem esperanças de avançar com a desestatização dos portos de São Sebastião (SP) e Itajaí (SC). Os dois casos já passaram pela análise do TCU e são considerados relativamente mais simples - ao menos em comparação com Santos. E no complexo catarinense, há o fato de vários contratos envolvendo o porto e sua administração encerrarem sua validade no final deste ano.

Agências 1
A decisão do presidente Jair Bolsonaro de indicar, neste final de governo, nomes para as vagas nas diretorias das agências reguladoras, como a de Transportes Aquaviários (Antaq) e a de Transportes Terrestres (ANTT), desagradou lideranças do PT. Integrantes do grupo de trabalho de Infraestrutura da equipe de transição deixaram claro, na reunião que tiveram no Ministério da Infraestrutura, na última quarta-feira, de que preferem que esse processo de escolha seja adiado, sendo retomado em janeiro, sob a gestão de Lula.

Agências 2
O caso deve acabar sendo definido pelo presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que é responsável por marcar as sabatinas dos candidatos a diretores de agências reguladoras com os senadores e, depois, enviar as decisões dos parlamentares ao Executivo. Um detalhe: Pacheco tem estado bem próximo do petista.

Governo regulamenta uso de recursos do Fundo da Marinha Mercante

Medida beneficiará construção de embarcações e outros serviços navais contratados no país. Inovação faz parte dos avanços trazidos pelo BR do Mar

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

Reprodução

Segundo o deputado federal Paulo Pimenta, o Ministério da Infraestrutura mostrou "total disposição em fazer uma transição a mais republicana possível"

O Ministério da Infraestrutura publicou a portaria que possibilita que empresas possam receber recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM) para a construção, expansão, ampliação ou modernização de empreendimentos portuários. O regramento foi publicado no Diário Oficial da União de ontem (17).

A norma já era esperada, uma vez que foi prevista na Lei 14.301/2022, o BR do Mar, e tem como objetivo fomentar o desenvolvimento da Marinha Mercante e da indústria de construção e reparação naval no país. O texto disciplina os procedimentos para requisitar que projetos sejam considerados prioritários para acesso a empréstimos com taxas atrativas junto a bancos públicos federais.

Serão abrangidas propostas de construção de embarcações e execução de outros serviços navais, como reparo, manutenção e docagem de embarcações no Brasil. De acordo com a portaria, esses serviços podem ser realizados em empresas especializadas ou estaleiros brasileiros a partir da contratação de empréstimos por empresas brasileiras e estrangeiras, bem como públicas não dependentes.

Os financiamentos poderão ser referenciados em reais ou em dólares norte-americanos, o que torna a linha de crédito interessante para empreendimentos com receitas dolarizadas.

Menos burocracia
Além de regulamentar o processo de aprovação de projeto e de liberação de recursos para obras de infraestrutura no segmento, a portaria tem como objetivo digitalizar os requerimentos, facilitar a gestão dos contratos de financiamento com recursos do fundo e adequar os prazos de contratação, aumentando, dessa forma, a efetividade da política pública.

Com a publicação da portaria pelo Ministério da Infraestrutura, as empresas interessadas poderão encaminhar requerimento para apoio financeiro do fundo. Para mais informações sobre o FMM.

Dnit finaliza obras na rodovia BR-262/MS

Rodovia é uma das principais ligações de Mato Grosso do Sul ao Sudeste do país, bem como possibilita o acesso ao Pantanal no Estado

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) informou que finalizou os serviços de microrrevestimento asfáltico na BR-262, localizada em Mato Grosso do Sul. A obra revitalizada fica próxima ao município de Miranda, entre os km 539,8 até o km 558,69.

Em sua conta no Twitter, o ministro da Infraestrutura, Marcelo Sampaio, afirmou que a conclusão do microrrevestimento, de quase 19 quilômetros, vai proporcionar mais conforto e segurança aos usuários da rodovia. No local foram executados reparos profundos, superficiais e fresagem descontínua com Concreto Betuminoso Usinado a Quente (CBUQ).

"Essas ações vão gerar mais segurança, melhoria na trafegabilidade e mais conforto para os usuários dessa importante rodovia, que é uma das principais ligações do estado de Mato Grosso do Sul ao Sudeste do país. Vamos em frente!", escreveu.

Sobre a rodovia: a BR-262/MS é responsável pela integração Brasil-Bolívia e pelo escoamento da produção de minério de ferro de Corumbá. A rodovia é uma das principais ligações do estado de Mato Grosso do Sul ao Sudeste do país, bem como possibilita o acesso ao Pantanal sul-mato-grossense.

Péssimo estado
Na última semana foi publicada a pesquisa anual da Confederação Nacional do Transporte (CNT) sobre rodovias que estimou que, neste ano, haverá um consumo desnecessário de 41,7 milhões de litros de diesel, devido à má qualidade do pavimento das rodovias de Mato Grosso do Sul.

Nas contas da CNT, o prejuízo aos transportadores será de R$ 190,38 milhões, o que representa um aumento de custo operacional do transporte de 30,2%, refletindo na competitividade do Brasil e no preço dos produtos. O mesmo estudo aponta que, para melhorar as condições de tráfego das rodovias federais que cortam o Estado, são necessários R$ 2,84 bilhões em investimentos.

Divulgação/Dnit

A via é importante para a integração Brasil-Bolívia e o escoamento do minério de ferro produzido em Corumbá

NACIONAL

ANTT aprova caducidade para a Rodovia do Aço

Trecho é mais uma rodovia fracassada da 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais

Divulgação/K-Infra

O trecho da BR-393/RJ foi mais um que teve a licitação fracassada das seis rodovias da 3ª rodada de concessões, realizada em 2013

TALES SILVEIRA
tales@portalbenews.com.br

A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), aprovou a instauração de processo administrativo de caducidade em face da K-Infra Rodovia do Aço SA, que administra a rodovia federal BR-393/RJ. Agora o processo segue para a decisão do Ministério da Infraestrutura.

Caducidade é o processo administrativo para extinção dos contratos de concessão de exploração de infraestrutura rodoviária por inadimplência. Isso significa que, ao fim do processo, a K-infra poderá ter que devolver o ativo à administração pública. A concessão iniciou-se em 2008 e a duração do contrato é de 25 anos.

O relator do processo, diretor Davi Barreto concordou com o relatório apresentado pela área afirmando que a caducidade acontece em razão de inadimplemento contratual e financeiro, uma vez que a concessionária manteve-se irregular com o pagamento das multas que se referem aos processos administrativos simplificados transitados em julgado.

CADUCIDADE É O PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXTINÇÃO DOS CONTRATOS DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA POR INADIMPLÊNCIA. ISSO SIGNIFICA QUE, AO FIM DO PROCESSO, A K-INFRA PODERÁ TER QUE DEVOLVER O ATIVO À ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Durante a leitura de seu voto, Barreto afirmou que a ANTT tentou de todas as formas criar mecanismos para evitar o processo de caducidade, entre eles, a instalação de um "plano de cura", onde é determinado a entrega de uma proposta de trabalho para que a concessionária possa manter a concessão. Além disso, foram inúmeros Termos de Ajuste de Conduta (TAC), e multas que não surtiram efeitos.

"A agência tentou exaurir todo o seu arsenal disponível para tentar solucionar as inexecuções contratuais. Foram aplicadas multas, TACs, ofertado período de cura etc.. E o que se viu foi um total descaso da concessionária. Nada do que foi proposto foi atingido pela empresa. A maior evidência disso é que a todos os prazos foram desrespeitados que conferiu o processo de cura", falou.

Ainda segundo o relator, o processo de caducidade teve que ser aprovado pela quantidade de multas já transitadas e julgadas. O valor já é maior que o próprio faturamento anual da concessionária, que chega a quase R$ 100 milhões. Já o total de multas que tramitam atingem o valor de R$ 800 milhões. Dessa forma, a manutenção do contrato tende a aumentar o passivo da concessionária, o que pode agravar ainda mais a dívida com o Estado.

"São mais de R$ 100 milhões em multas transitadas e julgadas que não foram pagas. Além disso, de acordo com relatório de Análise de Impacto Regulatório, o valor das penalidades de 2018 a 2022 já ultrapassou a estimativa máxima de indenização cabível caso seja extinto o processo de concessão. O total de multas em processo na agência soma R$ 800 milhões", afirmou.

Após a anuência do Ministério da Infraestrutura, a ANTT homologará o cálculo de indenização devida e determinará a execução do plano operacional, podendo extinguir contrato de concessão. Caso isso ocorra, o trecho poderá voltar a ser operado pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit).

Mais um fracasso

A concessão da Rodovia do Aço soma 200,4 quilômetros de extensão da BR-393 (Rodovia Lúcio Meira), da divisa entre os estados de Minas Gerais e Rio de Janeiro ao entroncamento com a BR-116 (Via Dutra), em Volta Redonda, na região Sul Fluminense.

O trecho sob concessão engloba nove municípios: Além Paraíba (MG), Sapucaia, Três Rios, Paraíba do Sul, Rio das Flores, Vassouras, Valença, Barra do Piraí e Volta Redonda (RJ). A população total é de 600 mil pessoas.

Em 23 de novembro de 2018, o Grupo K-Infra assumiu o controle acionário e gestão do negócio, no lugar da vencedora da licitação, a Acciona Concessiones. O objetivo de, ao longo dos próximos 15 anos de contrato, aumentar a qualidade do transporte rodoviário na região sul fluminense, com a melhoria da rodovia nos aspectos de segurança, fluidez, economia e conforto.

O trecho é mais um fracassado das seis rodovias licitadas na 3ª Etapa das Concessões Rodoviárias Federais, realizada em 2013, durante o governo de Dilma Rousseff (PT). De todas, somente uma segue normalmente o seu contrato.

Via 040, do grupo Invepar; a BR-163/MT, trecho operado pela Concessionária Rota Oeste (CRO), que pertencia ao grupo Odebrecht e foi transferida para a MT-Par; a BR-163/MS, da Concessionária CCR MSVia; e trechos das rodovias federais BR-060/153 e 262, concedidas à Triunfo Concebra, são exemplos de rodovias da 3ª Etapa que tiveram licitações fracassadas.

REGIÃO NORDESTE

Manifestantes protestam contra atracação forçada de porta-aviões em Suape

Casco do antigo navio da Marinha está contaminado com amianto, substância tóxica e cancerígena

Divulgação/Suape

Durante o feriado da Proclamação da República dezenas de ativistas se concentraram em frente à sede da Capitania dos Portos

VANESSA PIMENTEL
vanessa@portalbenews.com.br

Durante o feriado da Proclamação da República, no último dia 15, dezenas de ativistas se concentraram em frente à sede da Capitania dos Portos (PE), no Bairro do Recife, munidos de faixas e cartazes com frases contra a atracação da embarcação que carrega o casco do antigo porta-aviões São Paulo, no Porto de Suape – possibilidade proposta pelo órgão na semana passada, via atracação arribada (forçada). O fundeio só não aconteceu porque a Justiça Federal proibiu.

O casco do antigo navio da Marinha está contaminado com amianto, substância tóxica e cancerígena, motivo pelo qual nenhum porto aceita recebê-lo. A suspeita é que existam ao menos 10 toneladas da substância, além de resíduos que podem ser radioativos.

Segundo a Marinha, a sucata foi vendida para desmanche a uma empresa turca e saiu do Rio de Janeiro com destino ao país em agosto, mas o rebocador que carrega partes do antigo porta-aviões foi impedido de passar pelo Estreito de Gibraltar após o Ministério de Meio Ambiente da Turquia suspender o consentimento para a importação do bem. O rebocador voltou ao Brasil e, desde então, segue vagando pelo Oceano Atlântico.

A última tentativa de atracação ocorreu na semana passada e seria em Suape, o que não ocorreu. Porém, o imbróglio segue e tem gerado preocupação em entidades representativas de empresas do segmento, de sindicatos de trabalhadores do ramo, de associações de pescadores e moradores, além de entidades do meio acadêmico e de pesquisa.

Todos vêm se pronunciando nos últimos dias, por meio de notas e e-mails, para repudiar a possibilidade de atracação do porta-aviões São Paulo no complexo portuário pernambucano.

"Estamos muito preocupados com o potencial perigo que o porta-aviões possa trazer ao meio ambiente. Todos já sabem da carga de amianto e que a embarcação foi pintada com cadmo, um elemento que pode conter radioatividade. Por isso, é importante que a sociedade pernambucana esteja atenta aos riscos que estamos correndo", disse o ambientalista Alexandre Carvalho, presidente do Instituto de Pesquisa e Preservação Ambiental Oceanário de Pernambuco, um dos ativistas que lideraram o protesto.

> A POSSIBILIDADE DE ATRACAÇÃO DA EMBARCAÇÃO EM SUAPE HAVIA SIDO PROPOSTA PELA CAPITANIA DOS PORTOS NA SEMANA PASSADA. O FUNDEIO SÓ NÃO ACONTECEU PORQUE A JUSTIÇA FEDERAL PROIBIU

A ação judicial foi impetrada pela Procuradoria Geral do Estado de Pernambuco (PGE-PE) e pelo Complexo Industrial Portuário de Suape, e a liminar, com tutela antecipada, foi expedida na noite do dia 9 de novembro.

A não atracação do comboio em Suape foi recomendada por meio de notas técnicas da Coordenadoria de Operações Portuárias e da Diretoria do Meio Ambiente e Sustentabilidade, am-bas do Porto de Suape, além da Agência Estadual do Meio Ambiente de Pernambuco (CPRH).

LOGÍSTICA EM RISCO

"Chamamos a atenção para os significativos problemas de uso da infraestrutura pública no Porto de Suape que poderiam ser acarretados com a entrada da embarcação. Receia-se que toda a cadeia de prestadores de serviço logísticos possa vir a ser afetada por causa do uso, sem prazo definido, pelo porta-aviões", criticou a nota da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP).

Em praticamente todos os demais pronunciamentos de entidades empresariais e de trabalhadores, os problemas e riscos apontados são os mesmos.

Também divulgaram notas de repúdio o Sindicato das Agências de Navegação Marítima do Estado de Pernambuco (Sindanpe); Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de Pernambuco (Sindope); Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop); Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph); Sindicato dos Estivadores nos Portos do Estado de Pernambuco; Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) e o Órgão Gestor de Mão de Obra Suape (OGMO).

O Fórum Suape - Espaço Socioambiental e outras nove entidades representativas de pescadores, moradores e pequenos trabalhadores das comunidades do território estratégico do complexo industrial portuário também divulgaram nota em repúdio ao pedido de atracação do porta-aviões no porto.

A decisão judicial também conta com apoio internacional. A administração do atracadouro recebeu e-mail de solidariedade da Associação Americana de Autoridades Portuárias (AAPA), que reúne as autoridades portuárias das Américas do Norte, Central e do Sul e do Caribe.

PORTUGAL

Debatedores concordam que o agro brasileiro precisa vender mais

Problemas e necessidade de expandir comércio bilateral pautaram as discussões do painel

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

BE News

Regis Prunzel: "Temos que melhorar a infraestrutura interior, diminuir a burocracia para ganhar velocidade e buscar a continuidade"

"Quando chega o navio?" Essa é a pergunta que resta nas palavras do administrador da Portsines, Marcos Medeiros, resumindo o consenso do primeiro painel do Portugal Export, "Agronegócio brasileiro e a sinergia com Portugal", realizado ontem (17), em Sines.

O presidente do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Regis Prunzel, lembrou que o Brasil terá recorde histórico em 2023, produzindo 317 milhões de toneladas de grãos. "Mas temos que melhorar a infraestrutura interior, diminuir a burocracia para ganhar velocidade e buscar a continuidade", afirmou.

Medeiros enfatizou a necessidade de aproximação com o mercado. "Precisamos conseguir conexões comerciais, uma agenda empresarial. Portugal mais exporta que importa do Brasil", disse o administrador da Portsines.

Para o coordenador-geral do Grupo de Pesquisa e Extensão em Logística Agroindustrial (ESALQ-LOG), Thiago Guilherme Péra, é necessário estimular o consumo de produtos para fomentar o comércio.

A vice-presidente da Zona Industrial e Logística de Sines, Isabel Cardoso, argumentou que não faz sentido o Brasil estar no topo entre os produtores de grãos e não vender mais para Portugal. "O que falta?", questionou. "Fazem tratativas e quando chega na 'hora H' não há assinatura", lembrou.

Ao término do debate, os participantes decidiram estabelecer uma agenda para avaliar as barreiras e apontar soluções para incrementar o comércio entre os dois países.

Portugal quer estreitar parceria com Brasil, diz secretário das Infraestruturas

Autoridade do governo federal celebrou realização do Portugal Export e disse que Porto de Sines está pronto para receber todo tipo de mercadorias

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

BE News

Hugo Mendes: "Portugal e Brasil partilham intensos laços históricos que queremos preservar e reforçar, em nome do desenvolvimento e da prosperidade de ambos os países"

O secretário de Estado das Infraestruturas de Portugal, Hugo Mendes, destacou a vontade de seu governo de ampliar as parcerias com o Brasil. Ele falou sobre essa intenção ontem (17), em Sines, no encerramento do primeiro dia da programação do Portugal Export, a primeira edição internacional do Brasil Export, o maior fórum brasileiro sobre portos, comércio exterior e logística.

Mendes também celebrou a própria realização do Portugal Export, dizendo que ele é "muito importante por estreitar a relação entre os dois países". "Portugal e Brasil partilham intensos laços históricos que queremos preservar e reforçar, em nome do desenvolvimento e da prosperidade de ambos os países", afirmou.

O secretário enfatizou a importância da economia brasileira, destacando a capacidade de comércio marítimo com Portugal, especialmente por meio do Porto de Sines, que considera com a tecnologia adequada para levar e receber qualquer tipo de mercadoria. "Sendo o Brasil uma das principais economias do mundo, com grande capacidade de exportação, temos em Sines um porto com condições para a realização de todos os tipos de envios de cargas", pontuou.

Também na solenidade de encerramento, o presidente do Conselho do Portugal Export, Benjamin Gallotti, destacou os recentes avanços da infraestrutura de transportes e da logística no Brasil, atraindo investimentos privados nacionais e internacionais. Ele ainda defendeu o papel do fórum promovido pelo Brasil Export na busca de maior integração e incremento de negócios entre os dois países.

Entidades portuárias dos dois países firmam pacto de colaboração

Formalização reproduz prática já existente entre entidades brasileiras

A integração e colaboração já existente entre os portos brasileiros a partir de agora passa a existir com os portos portugueses.

Essa é a expectativa declarada pela presidente da Associação Brasileira das Entidades Portuárias e Hidroviárias (Abeph), Mayhara Chaves, ao assinar, pela manhã desta quinta-feira, em Sines, Portugal, um protocolo de cooperação com a Associação dos Portos de Portugal (APP), com o dirigente da entidade, José Luis Cacho, e a vice-presidente da Abeph, Gilmara Temóteo. A oficialização do compromisso foi um dos destaques deste primeiro dia do Portugal Export, primeira edição internacional do Brasil Export, maior fórum dos setores portuário, de transporte e comércio exterior.

Mayhara Chaves, que também preside a Companhia Docas do Ceará, ressaltou o trabalho que já é desenvolvido há anos entre os portos brasileiros através da Abeph, e a sinergia que haverá a partir de agora com os portugueses, em benefício dos dois países.

BE News

A presidente da Abeph e da Companhia Docas do Ceará, Mayhara Chaves, o presidente da Associação dos Portos de Portugal (APP), José Luis Cacho, e a vice-presidente da Abeph, Gilmara Temóteo, assinam protocolo de cooperação

PORTUGAL

Portugal apresenta plano ferroviário para implantação até 2050

Sines e fronteira serão ligadas por corredor-piloto para comboios de 1.500 metros

Divulgação

O primeiro-ministro António Costa deixou claro que ainda não é uma proposta definitiva e está aberto à discussão

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

O Plano Nacional Ferroviário (PNE), que contempla diversos projetos para transporte expresso de passageiros e linhas destinadas a cargas, foi apresentado ontem (17), em Lisboa (Portugal).

O primeiro-ministro António Costa deixou claro que ainda não é uma proposta definitiva e está aberto a discussão. E o ministro das Infraestruturas e Habitação, Pedro Nuno Santos, disse que é necessário "tirar as pessoas dos carros" e aumentar a capacidade de transporte de passageiros e cargas.

O plano prevê, na área do transporte de mercadorias, a criação de novos corredores, em especial um corredor-piloto para composições de maior comprimento (1.500 metros) entre Sines e a fronteira.

De acordo com o documento, que tem como horizonte indicativo o ano de 2050, estão ainda previstos novos corredores internacionais pelo Algarve e por Trás-os-Montes.

Segundo o plano, o objetivo nesta área passa por "manter no horizonte a possibilidade de ligação à Espanha e ao resto da Europa em bitola europeia, mas preservando sempre a continuidade das redes, a estudar num plano para a bitola".

Na área do transporte de mercadorias, estão atualmente em curso projetos de acesso aos portos e corredores internacionais, como a construção da nova linha Évora-Elvas, que encurta o trajeto dos portos de Sines, Setúbal e Lisboa até a fronteira do Caia, o acesso de trens de 750 metros em todas as fronteiras ferroviárias, e a duplicação da capacidade de transporte por ferrovia através das fronteiras.

Para o aumento de capacidade e uniformização da rede principal está prevista a libertação de capacidade com a segregação de tráfegos no corredor Norte-Sul com linha de alta velocidade Porto-Lisboa, assim como uma rede principal apta para comboios de 750 metros, a eletrificação da totalidade da rede e a nova linha Sines-Grândola, que elimina constrangimentos ao peso dos comboios e cria redundância.

Em termos de redundâncias, o plano se refere ainda à nova travessia do Tejo no eixo Chelas-Barreiro, que elimina restrições ao tráfego de mercadorias na região de Lisboa, mas também a reabertura da linha do Alentejo entre Beja e Funcheira, que cria um corredor alternativo de acesso a Sines, e corredores alternativos em todos os principais eixos preparados para composições de, pelo menos, 600 metros.

Programação Portugal Export 2022

17 e 18 de novembro | Sines e Lisboa

Sujeita a alterações

Dia 18 | HOJE

10h00 Chegada e recepção na Gare Marítima de Alcântara (Lisboa)
10h30 Apresentação da Autoridade Portuária de Lisboa
11h00 Apresentação da Yilport-Liscont (Terminal de Contêineres)
11h30 Apresentação da Silopor (Terminal de Granéis)
12h00 Visita ao terminal da Yilport-Liscont
12h30 Almoço oferecido pelo Porto de Lisboa
14h00 Painel: Tecnologias incorporadas às operações logísticas e marítimas
Apresentação: Angelino Caputo, presidente do Conselho do Brasil Tech Export e diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra)
Moderação: Leopoldo Figueiredo, diretor de Redação do Portal BE News
Expositores
- Danilo Abbondanza, sócio da ModalGR
- Marcello Di Gregorio, diretor-geral da Super Terminais
- Ricardo Falcão, presidente da Praticagem do Brasil
- Carlos Correia, presidente da Administração do Porto de Lisboa
- Antonio Nabo Martins, presidente-executivo da Associação dos Transitários de Portugal (Apat)

15h00 Palestra de encerramento de Felipe Queiroz, secretário nacional de Transportes Terrestres do Ministério da Infraestrutura do Brasil
15h30 Cerimônia de encerramento e leitura da carta pelo presidente do Conselho do Portugal Export, Benjamin Gallotti
- Fabricio Julião, CEO do Brasil Export
- Marcelo Sampaio, ministro da Infraestrutura do Brasil
- Carlos Correia, presidente da Administração do Porto de Lisboa
- Olympio Faissol, ministro-conselheiro da Embaixada do Brasil em Portugal

16h00 Saída da Gare Marítima de Alcântara (Lisboa)
17h00 Visita à Embaixada do Brasil em Portugal
19h00 Jantar de Encerramento

PORTUGAL

BRASIL EXPORT
FÓRUM NACIONAL DE LOGÍSTICA E INFRAESTRUTURA PORTUÁRIA

Boas práticas em portos brasileiros e portugueses requerem investimentos

Lideranças do setor falaram sobre as oportunidades crescentes de parcerias entre os dois países durante painel

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

BE News

Mario Povia: "Não podemos virar as costas para investimento, precisamos gerar infraestrutura, renda"

> "NÃO DIGO PARA PRIVILEGIAR AS MULHERES. ESTOU FALANDO DE PESSOAS COMPETENTES NO SETOR, E COM ESSE TIME CONSEGUIMOS ALCANÇAR ALTOS ÍNDICES DE EFICIÊNCIA"
>
> **GILMARA TEMÓTEO**
> diretora-presidente do Porto de Cabedelo (PB)

Boas práticas na gestão de portos e terminais brasileiros e portugueses nortearam as discussões de lideranças portuárias que participaram ontem (17) da abertura do Portugal Export, primeiro fórum internacional de debates sobre portos, comércio exterior e transportes realizado pelo Brasil Export. O destaque ficou por conta da oportunidade de cooperação entre os dois países para o avanço da agenda.

Apresentador do painel sobre o tema, o secretário nacional de Portos e Transportes Aquaviários do Ministério da Infraestrutura do Brasil, Mario Povia, ressaltou a relevância de o país dar continuidade ao seu processo em busca de investimentos em áreas de infraestrutura.

"Não podemos virar as costas para investimento, precisamos gerar infraestrutura, renda", pontuou o secretário.

Povia frisou ainda a importância da união entre o poder público e a iniciativa privada no fomento à infraestrutura. "A relação de parcerias público-privadas no País nunca foi boa, mas temos que manter uma chama acesa, pois isso é necessário", complementou.

Ao abrir as análises em relação às boas práticas, a diretora-presidente do Porto de Cabedelo (PB), Gilmara Temóteo, discorreu sobre a necessidade de maior participação de mulheres em cargos de chefia no setor. Segundo ela, isso ocorreu nos últimos anos no terminal portuário paraibano que administra, o que ocasionou ganhos produtivos.

"Não digo para privilegiar as mulheres. Estou falando de pessoas competentes no setor, e com esse time conseguimos alcançar altos índices de eficiência", enfatizou Gilmara.

A importância da temática foi corroborada pela diretora presidente da Companhia Docas do Ceará, Mayhara Chaves, que também comentou sobre as dificuldades que o setor por-tuário enfrentou em meio à pandemia de Covid-19 no Brasil e no mundo.

Já o presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), Almirante Carlos Autran, destacou as oportunidades de aproveitamento de hidrogênio verde, turismo e cooperação técnica entre os portos do Nordeste.

Segundo o presidente da Codeba, que administra os portos de Salvador, Ilhéus e Aratu, haverá um processo de chamamento público para que empresas interessadas se instalem na Bahia para a otimização do hidrogênio verde.

Por fim, o diretor de Desenvolvimento de Negócio & Procurement da PSA Sines (Terminal de Contêineres), Nuno Carlota, destacou que é preciso priorizar a busca de melhorias para o fortalecimento da parceria cada vez mais sólida entre os portos do Brasil e de Portugal.

"Trata-se de um pacto inédito pelo setor portuário brasileiro", diz Buffara sobre Brasil e Portugal Export

Diretor da ATEXP destacou a importância da união do setor portuário e a necessidade de novas parcerias

Da Redação
redacao@portalbenews.com.br

BE News

Rodrigo Buffara Coelho: "Nós somos um estado pujante, que produz muito, somente atrás do Mato Grosso por uma questão geográfica"

O diretor da Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá (ATEXP), Rodrigo Buffara Coelho, discursou sobre a importância de um setor portuário brasileiro unido e reforçou a necessidade de parcerias com o continente europeu, durante a abertura do Portugal Export, ontem (17), em Sines.

"Trata-se de um pacto pelo setor portuário brasileiro inédito. Para nós, da ATEXP, tem sido um aprendizado, uma honra estar participando deste evento", afirmou Buffara. "Estamos com as melhores cabeças que pensam o setor portuário brasileiro", acrescentou o empresário.

A ATEXP atua no Porto de Paranaguá, no estado do Paraná. O conglomerado de terminais do corredor de exportação é considerado um dos maiores graneleiros da América Latina e um dos mais importantes centros de comércio marítimo do mundo.

Buffara destacou que a economia do Paraná é voltada ao agronegócio, apontando ainda os ganhos de performance com novas regras de atracação, melhorias de calado e o sistema pool único, com o aumento da capacidade de descarga dos terminais.

"Nós somos um estado pujante, que produz muito, somente atrás do Mato Grosso por uma questão geográfica. Nós temos o primeiro porto do Brasil em exportação de carne de frango, o que mais exporta (a proteína) para o mundo inteiro", ressaltou o executivo.

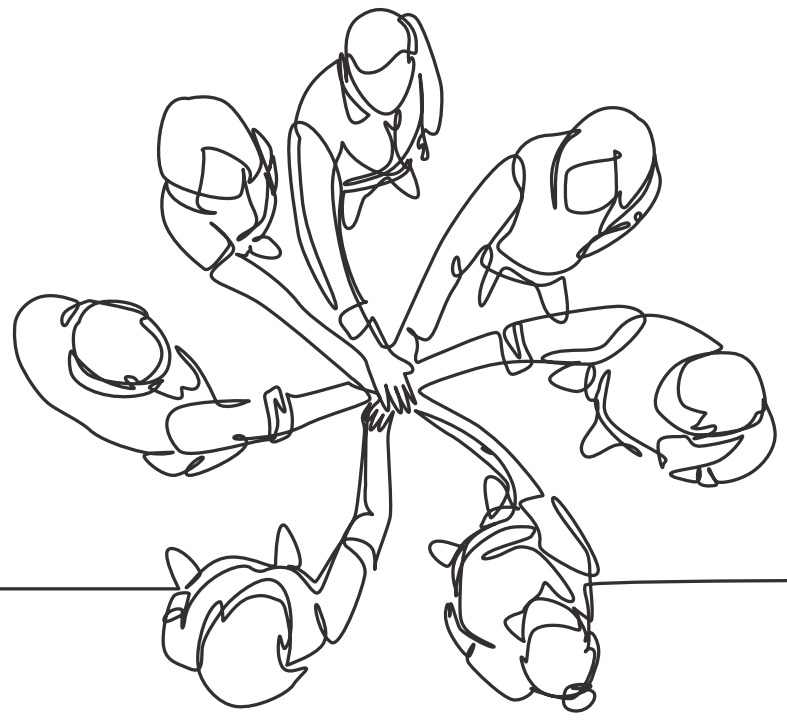
OPINIÃO

JOÃO EDUARDO AMARAL
Diretor Geral e de Operações da iniciativa Voz dos Oceanos e presidente do Conselho ESG do Fórum Brasil Export
opiniao@portalbenews.com.br

REBECCA ALONSO NASCIMENTO
Secretária do Conselho ESG do Fórum Brasil Export e Advogada do J Amaral Advogados e da iniciativa Voz dos Oceanos
opiniao@portalbenews.com.br

ESG

COP27 e a corrida sustentável



Com duração de quase duas semanas, a 27ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas – a COP27, realizada este ano no Egito, vem ganhando importante e destacado espaço nas notícias midiáticas. E é, de fato, isso que se espera quando falamos em uma iniciativa de tamanha proporção e importância, dada a – cientificamente reconhecida e apontada – gravíssima crise climática que assola o nosso planeta.

A Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança Climática – a UNFCCC – vem trilhando este caminho desde a RIO92, com foco no alcance de um mundo sustentável. A partir de 1995, com a realização da primeira COP, foi dado início ao processo de compromisso – hoje mundial – para estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.

Foram diversas as ações tomadas e os compromissos assumidos ao longo desses trinta anos. A COP, para muito além de alarmar sobre a situação climática, ano a ano vem criando obrigações legais e estabelecendo metas cada vez mais robustas para a redução dos gases de efeito estufa, além de acompanhar o cumprimento de tais metas a cada edição realizada.

E é essencial, aqui, citarmos alguns dos mais importantes passos dados durante estas vinte e seis conferências, iniciando-se com a assinatura do Protocolo de Kyoto, na COP3, e com a criação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo na COP6. Em 2002, na COP8, ocorreram as primeiras discussões sobre o uso de fontes renováveis na matriz energética – hoje assunto prioritário na agenda sustentável –, e, a partir da COP11, foram estabelecidas as primeiras metas para redução das emissões até 2030 e 2050.

A COP12, por outro lado, iniciou a fundamental discussão sobre a criação de mecanismos para redução das emissões em países em desenvolvimento – antes excluídos das COPs –, o que culminou na criação do Fundo de Adaptação na COP13. Em 2010, na COP16, o Brasil ganhou papel de destaque, assumindo compromissos independentemente da fixação formal de metas em escala global.

Nas COPs mais recentes, tivemos significativos avanços, como a celebração do Acordo de Paris na COP21, e a criação do Mercado Global de Carbono na COP26 – a "COP das empresas" –, a qual contou com a adesão histórica de empresários e executivos, e com a expressiva participação da sociedade civil, da academia, de ambientalistas, dos povos indígenas e de jovens de todo o mundo.

A COP27, alinhando todo o caminho trilhado até o momento, traz um recado muito claro: agora é a hora de cumprir os compromissos assumidos pelos países signatários, em especial aqueles relativos ao Acordo de Paris e ao Pacto de Glasgow. São quatro, portanto, os princípios norteadores desta Conferência: mitigação, adaptação, financiamento e colaboração.

A ideia central da Conferência é a necessária revisão das metas de redução dos gases de efeito estufa, a fim de que a temperatura do planeta seja mantida em 1.5 graus celcius, o que requer, nas palavras da sua Presidência, a tomada de "ações ousadas e imediatas".

Além disso, a intenção da COP27 é a de que o planejamento elaborado ao longo de todos esses anos deve dar espaço para a efetiva execução das metas assumidas, criando-se uma harmonia entre os esforços globais na busca de uma economia sustentável. As ações devem unir os governos, o setor privado e a sociedade civil, que precisam trabalhar de forma colaborativa para promover soluções e inovações efetivas na agenda climática.

Outra ideia central da COP27 diz respeito ao auxílio às comunidades mais vulneráveis, especialmente a partir do cumprimento do compromisso de entrega de US$100 bilhões anuais. Ganha destaque, portanto, nesta edição, a necessidade de adequação e da previsibilidade do financiamento climático global.

Para o setor de logística e infraestrutura portuária no Brasil, podemos esperar uma maior alavancagem nas discussões para desenvolvimento e implementação das chamadas greentechs, bem como na integração inteligente entre portos e cidades. Prometendo maior diálogo com a comunidade internacional, o Brasil foca na geração de uma economia inovadora, que agrega o potencial dos seus recursos naturais às necessidades de sua população e às ambições climáticas mundiais.

Por fim, é interessante observar a convergência entre a COP27 e o que vimos tratando ao longo desse ano em nossos artigos: a conquista de um mundo sustentável requer dedicação, planejamento e execução. As metas e os compromissos são essenciais para a definição do rumo das ações coletivas, mas eles precisam ser cumpridos. No mais, é notável que as superações e aprimorações alcançadas a cada COP demonstram o engajamento mundial com a agenda climática, que segue progredindo, independentemente das crises econômicas e políticas ao redor do mundo.

A COP, PARA MUITO ALÉM DE ALARMAR SOBRE A SITUAÇÃO CLIMÁTICA, ANO A ANO VEM CRIANDO OBRIGAÇÕES LEGAIS E ESTABELECENDO METAS CADA VEZ MAIS ROBUSTAS PARA A REDUÇÃO DOS GASES DE EFEITO ESTUFA, ALÉM DE ACOMPANHAR O CUMPRIMENTO DE TAIS METAS A CADA EDIÇÃO REALIZADA.

VITRINE

CÂNDICE LA TERZA
candice@portalbenews.com.br

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

Semana do jeito que a Vitrine gosta: recheada de premiações!
Um prazer enorme publicar momentos que selam o brilhante trabalho desenvolvido pelos profissionais que constroem o sucesso das empresas e fazem o nosso setor acontecer e figurar entre os mais importantes do Brasil.
E, claro, cobertura completa e especial sobre o Portugal Export 2022, dias 17 a 18, em Lisboa, que encerra, com chave-de-ouro, o ciclo de grandes eventos do Fórum Brasil Export. Para quem gosta de bastidores, bem-vindo!

Divulgação

PREMIAÇÕES

Aconteceu em Florianópolis (SC), na semana passada, o Prêmio CIDESPORT, que destaca portos públicos e privados com maior número de certificações ISO. Na foto, o diretor de Planejamento da Empresa Maranhense de Administração Portuária - EMAP, Marcelo Coelho, que recebeu, pelo Porto do Itaqui (MA), o troféu de 1º lugar; a coordenadora de Meio Ambiente do Porto de Suape (PE), Rafaella Viana, recebeu o troféu de segundo lugar; e o diretor-Presidente do Porto de São Francisco do Sul (SC), Vladimir Arthur Fey, contemplado com a terceira colocação.

PRÊMIO ANTAQ 2022

A Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) realizou, no dia 10 de novembro, a 5ª edição do Prêmio ANTAQ. Dessa vez, foram reconhecidas as empresas atuantes nas atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes aquaviários que tenham adotado iniciativas socioambientais geradoras de melhorias institucionais.

Divulgação

A nossa conselheira do Nordeste Export e diretora-presidente do Porto de Cabedelo (PA), Gilmara Timóteo, foi premiada na categoria "Conformidade Regulatória" como o 2º melhor porto do Brasil. Lembrando que Cabedelo confirma as boas práticas de gestão e integridade da Companhia Docas da Paraíba, recebendo o prêmio pelo segundo ano consecutivo e, em 2023, sediará o Nordeste Export! Lindo de ver e orgulho em tê-la na nossa Vitrine e nos nossos conselhos!

Divulgação

Outro privilégio é poder mostrar o brilhante trabalho da conselheira do Nordeste Export e diretora-executiva de Relações Institucionais do Porto de Pecém (CE), Rebeca Oliveira, recebendo a premiação de 1º lugar na categoria "Maior Índice Desempenho Ambiental – Terminal de Uso Privado". Parabéns ao Ceará é pouco, VIVA!

Divulgação

O sócio e diretor da Porto Participações, que integra a sociedade do Terminal Portuário Cotegipe (BA), Sérgio Farias, e o diretor do Terminal Portuário Cotegipe (BA), Jorge Humberto Pessôa Lopes, recebendo o Prêmio ANTAQ 2022, como 1º lugar na Categoria Conformidade Regulatória Terminal de Uso Privado. Que orgulho!

ENQUANTO ISSO EM LISBOA

Divulgação

O diretor-executivo do Portugal Export, Marcelo Sobreira, e o presidente do Portugal Export e sócio da Gallotti Advogados Associados, Benjamin Gallotti, marcando presença no evento "O Futuro dos Investimentos em Infraestrutura", dia 16, em Lisboa.

VITRINE

Para os eventos que fazem a diferença, esta é a sua **Vitrine**.

PORTUGAL EXPORT

O Portugal Export, o primeiro fórum internacional do Brasil Export, movimento líder nos debates sobre portos, transportes e comércio exterior, teve início ontem, em Sines, Portugal. No auditório da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, lideranças empresariais e autoridades tanto do Brasil como da nação européia, unidas para tratar de como ampliar os negócios entre os dois países e as boas práticas que têm sido adotadas nesse setor.

Divulgação

Autoridades federais, empresários de várias regiões do Brasil e de Portugal, de setores como o portuário e o de logística, participaram do primeiro dia do Portugal Export, na sede do Porto de Sines, em Portugal. A programação continua hoje em Lisboa.

Divulgação

O presidente da Administração dos Portos de Sines e do Algarve, José Luís Cacho, participou da solenidade de abertura do Portugal Export, no auditório na sede da entidade. Ele também está à frente da Associação dos Portos de Portugal.

Divulgação

O diretor-presidente da Companhia Docas do Estado da Bahia (Codeba), vice-almirante Carlos Altran, a diretora empresarial e de Relação com o Mercado da Codeba, Ana Paula Calhau, e o diretor institucional da Triunfo Logística, Mario Meira, estiveram na sede do Porto de Sines, ontem, acompanhando os debates do primeiro dia do Portugal Export.

Divulgação

Em um dos intervalos do fórum, um registro com o presidente da Infra S.A., Mateus Szwarcwing, e dois representantes da Portos RS - a presidente do conselho de administração, Jacqueline Wendpap (que também é a CEO do Instituto Praticagem do Brasil) e o diretor-presidente, Cristiano Klinger.

Divulgação

A comitiva brasileira no Portugal Export contou com empresários de todas as regiões do Brasil. Um dos maiores grupos é formado por executivos filiados à Associação dos Terminais do Corredor de Exportação de Paranaguá (Atexp). Na foto, na sede do Porto de Sines, membros da entidade, tendo ao centro o diretor-presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, o diretor-presidente da Portos do Paraná, Luiz Fernando Garcia da Silva, e o presidente do Porto de Sines, José Luís Cacho.